

Apresentação

A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA é um dos eixos permanentes da agenda do século XXI e irá implicar profundas transformações econômicas, políticas, sociais e no pensamento humano.

O leitor de *A política da mudança climática*, de Anthony Giddens, estará convencido dessa ideia muito antes de chegar ao final do livro. Giddens vai muito além de dimensionar os riscos e perigos da mudança climática e fazer um apelo à racionalidade. Na verdade, até combate essa forma ilusória de compreensão da realidade.

Com uma análise sempre integrada e multidisciplinar, em nenhum momento retira os pés do terreno firme da história, e com isso demonstra que o enfrentamento da mudança climática é um processo de grande complexidade e que sua análise precisa ser feita no contexto dos processos decisórios da economia, da política e da geopolítica mundiais.

Esse é um importante mérito do livro, uma vez que não é rara uma percepção do problema reduzida à sua dimensão tecnológica. É muito provável que o caminho para economias de baixo teor de carbono venha a ser uma das mais aceleradas transições tecnológicas da história. No entanto, isso só ocorrerá se os valores por trás do objetivo de evitar os piores cenários da mudança climática forem, a partir de decisões políticas, incluídos na formação de preços da economia de mercado global.

Al Gore, um dos líderes mundiais na mobilização da opinião pública sobre o tema, declarou recentemente: “Não acho que seja otimista demais, de jeito nenhum. Mas o ingrediente essencial continua a ser vontade política. ... Se nos lançarmos em uma guinada para formas de energia renováveis e de baixo carbono em transportes, imóveis residenciais e comerciais e agricultura e silvicultura sustentáveis, podemos solucionar totalmente a crise do clima, com folga.” (*Folha de S. Paulo*, 15 mar 2010, A16)

A política da mudança climática é um livro engajado e é com essa perspectiva que Giddens analisa cuidadosamente o contexto geral e os interesses econômicos, políticos, sociais e geopolíticos por trás dos obstáculos e dos impulsos para que a humanidade, pela primeira vez em sua história, exerça “vontade política” enquanto civilização global.

O livro foi escrito em 2009, pouco antes da Conferência de Copenhaga, a décima quinta Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança do Clima (COP-15), ocorrida no final daquele ano. A inédita mobilização da opinião pública mundial em torno da Conferência gerou certo sentimento de frustração de expectativas em relação aos seus resultados.

O sentimento de frustração é injustificado. Em todas as cidades da Terra, em todos os cantos do planeta, algo que não existia está surgindo: a opinião pública mundial, a semente de uma sociedade civil planetária. Esse, em si, já é um fenômeno inédito e quase revolucionário, do qual a mudança climática vem sendo um forte catalisador desde 2007.

Esse processo se fortaleceu com a reunião de Copenhaga. Além disso, só uma visão ingênua poderia supor que na COP-15, ou em qualquer outro momento semelhante, um acordo sobre um tema que afeta tantos interesses pudesse surgir tendo como base apenas uma altruísta consciência ambiental ou as evidências científicas sistematizadas e relatadas pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática das Nações Unidas (IPCC, na sigla em inglês).

Além disso, o texto de Copenhaga se tornou, com a adesão de mais de cem países, o mais representativo acordo político global sobre o clima desde que a Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas, estabelecida na Cúpula da Terra no Rio de Janeiro em 1992, a ECO-92, entrou em vigor.

O objetivo determinado na Convenção-Quadro de 1992 era estabilizar a composição atmosférica no nível adequado para “impedir interferência antropogênica perigosa no sistema climático” e alcançar tal objetivo sem causar ruptura da economia global. Definir o nível de aquecimento que constitui “interferência antropogênica perigosa” sempre foi, portanto, uma parte crítica do problema.

O conhecimento científico de ponta em 2007, apresentado nos cenários do IV relatório do IPCC, indicava que seria extremamente perigoso admitir um aumento da temperatura superior à faixa entre 2,0°C e 2,4°C. Acima desse patamar, as ameaças passam a incluir consequências como mais de 1 bilhão de pessoas sofrendo de crescente falta de água, quedas expressivas de rendimentos agrícolas, comprometimento irreversível da maior parte da floresta amazônica e outras florestas tropicais, desaparecimento de geleiras, duas centenas de milhões de refugiados ambientais ou mais, e muitos outros efeitos igualmente impactantes.

Essas calamidades, porém, não constituem os riscos mais graves. Estes residem na possibilidade de ocorrência de feedbacks positivos que levem a extremos alguns processos sobre os quais o conhecimento existente hoje ainda é insuficiente para a realização de previsões mais seguras. Dentre esses processos estão a aceleração da crise de biodiversidade, com a extinção de 15% a 40% de todas as espécies existentes; a liberação do imenso estoque de metano (CH₄, gás 21 vezes mais potente como causador do efeito estufa do que o dióxido de carbono, o CO₂) do solo congelado siberiano, conhecido como *permafrost*; e a degradação não linear dos mantos de gelo da Antártida e da Groenlândia, causando elevação do nível do mar muito maior do que a prevista nos cenários do IPCC – que, atualmente, consideram apenas o processo linear de derretimento das camadas de gelo. Além desses, pode haver outros processos desconhecidos com potencial de impacto igualmente abrangente.

Para evitar um aquecimento do planeta superior a 2,4°C, seria preciso estabilizar as concentrações de dióxido de carbono (e equivalentes) em 450ppm (partes por milhão). Para isso, as emissões mundiais teriam que ser reduzidas abaixo dos níveis de 1990.

Reduzir as emissões em relação aos níveis de 1990, período de população menor e anterior ao robusto crescimento econômico dos países emergentes, é um desafio gigantesco. Basta considerar que a Agência Internacional de Energia (AIE), ao projetar as tendências recentes e as políticas existentes, faz previsão de um aumento de 50% da demanda energética até 2030, com continuada dependência dos combustíveis fósseis.

Em Copenhague, informados pelos relatórios científicos de instituições de seus próprios países e do IPCC, sob pressão da opinião pública e dos diversos fatores aqui analisados cuidadosamente por Giddens, os chefes de Estado assumiram em nome de suas nações o compromisso de evitar um aquecimento global superior a 2°C neste século.

Esse foi um grande avanço. A “vontade política” à qual Gore presta reverência teve seus objetivos fixados. Já no primeiro capítulo do livro, “Mudança climática, risco e perigo”, Giddens deixa claro por que é necessário fixar um limite em um nível que, a esta altura, já é tão ambicioso e difícil de ser obtido.

A mudança climática é a dimensão mais urgente, mais grave e mais profunda da crise ambiental do século XXI. É urgente porque resta pouco tempo para estabilizar a concentração de gases de efeito estufa em níveis aceitáveis na atmosfera. É grave porque aumenta significativamente a desertificação, a crise de recursos hídricos e a crise de biodiversidade. Além disso, destrói muita infraestrutura existente, traz grandes prejuízos às atividades econômicas e afeta com severidade as populações pobres do planeta. E é profunda porque não existe solução apenas tecnológica. Trata-se da busca de fontes renováveis de energia, mas isso significa também o fim de uma civilização baseada nos combustíveis fósseis e na depreciação acelerada de imensos volumes de capital imobilizados nela.

Acima de tudo, porém, está o fato de que a avaliação sobre os perigos da mudança climática deve ser feita no contexto de uma análise de risco essencialmente igual à que cada indivíduo utiliza no seu dia a dia ou que empresários utilizam ao tomar decisões sobre seus negócios. Esse é um dos aspectos mais importantes da forma como Giddens apresenta o problema.

A pergunta sobre a extensão e a profundidade dos riscos dos piores cenários de aquecimento global deve especificar quem é o objeto desses riscos. Quais são, por exemplo, os riscos para a natureza do planeta Terra? Até onde é possível saber hoje, eles são muito pequenos, se considerada a escala de tempo adequada. É importante notar que o desenvolvimento atual é insustentável para a humanidade, para a civilização humana, mas

não para a natureza. De fato, na escala de tempo do planeta, de dezenas, centenas de milhões de anos, a humanidade é completamente impotente para gerar dano significativo à natureza.

Para ilustrar com um exemplo, o asteroide cuja queda na península de Iucatã, há 65 milhões de anos, desferiu o golpe final no processo de extinção de espécies iniciado alguns milhões de anos antes, gerou um impacto muitas e muitas vezes superior a todo o arsenal nuclear existente hoje na Terra.

Esta foi a grande extinção do fim do Cretáceo, famosa pelo fim dos dinossauros e por ter tido sua principal causa descoberta: o asteroide. Os reduzidos poderes destrutivos da humanidade ficam ainda menores se comparados à grande extinção do fim do Permiano, há cerca de 235 milhões de anos, que causou o desaparecimento de 10% das espécies marinhas e 70% dos vertebrados terrestres.

Muitas foram as perdas de biodiversidade em grande escala; cinco delas, por sua extensão, são conhecidas como as grandes extinções. O significado do nome das grandes eras é precisamente esse: Paleozoico, era da vida antiga; Mesozoico, era da vida média; Cenozoico, era da vida recente.

Ainda que, com o aumento do seu poder sobre a natureza, a humanidade tenha desenvolvido um ingênuo sentimento de onipotência, a verdade é que, na escala de tempo adequada – que não é a das décadas da nossa existência, ou dos séculos e milênios da nossa história, ou mesmo das poucas centenas de milhares de anos do *Homo sapiens*, mas sim a de dezenas de milhões de anos –, a nossa espécie não tem capacidade de gerar um dano notável à natureza do planeta. No máximo, provocaríamos mais uma grande extinção, ao final da qual uma nova era, com uma nova biodiversidade, surgiria (calcula-se entre 5 e 10 milhões de anos o tempo de recuperação da natureza após cada uma das cinco grandes extinções). Nós, certamente, não estaríamos aqui.

Se considerando a escala geológica de tempo, o tempo profundo, a natureza do planeta não está sob risco, o que dizer, por outro lado, dos riscos a que está submetida a civilização humana?

Com base no estado atual do conhecimento, não se configura uma perspectiva de apocalipse ou catástrofe insuperável. Entretanto, certamente estamos diante de uma realidade de elevados custos para a economia e as sociedades humanas, de alta probabilidade de extremismo político e conflitos militares e de fortes impactos para centenas de milhões de pessoas, especialmente as populações pobres, mais vulneráveis e com menos recursos para se defender.

O fato de o conhecimento científico atual não trazer projeções apocalípticas não deve ser motivo para um sentimento de tranquilidade. Além da imensa perversidade social presente em qualquer perspectiva de inércia frente a esse quadro, existe, sim, em um patamar já inaceitável, o risco de estarmos gerando processos irreversíveis que trariam no futuro consequências potencialmente catastróficas para a civilização e a espécie humana.

Como foi comentado anteriormente, pouco sabemos sobre a dinâmica dos mantos de gelo da Groenlândia e da Antártida, determinante para os cenários de elevação do nível do mar, sobre a liberação de metano que o aquecimento global pode provocar no *permafrost* e sobre a resiliência do atual equilíbrio ecológico à brutal taxa de extinção das espécies.

É comum que essa forma de ver o problema seja respondida com alegações relativas às incertezas existentes na ciência da mudança climática. Esse não é um argumento inteligente. As incertezas atuam nas duas direções. Ao reduzi-las, com o avanço da ciência, a chance de surgirem boas notícias é, na melhor das hipóteses, tão grande quanto a de surgirem más notícias.

Infelizmente, contudo, é bem provável que essa não seja uma curva normal de probabilidades. Os efeitos cumulativos do aquecimento global tendem a forçar rupturas muito aceleradas no equilíbrio atual do clima do planeta. A chance de surgirem graves problemas imprevistos é maior do que a chance de ocorrerem fenômenos que compensem o acúmulo dos gases de efeito estufa (feedbacks negativos) ou de boas notícias sobre a capacidade de resistência da natureza da qual dependemos.

No que diz respeito à mudança climática, já superamos em muito o grau de exposição ao risco aceitável. Considerada a gravidade dos im-

pactos, o princípio da precaução é um imperativo. Mas a humanidade e o movimento da história são complexos e vale repetir que é ingênuo supor que o conhecimento de uma ameaça, mesmo com imensos impactos como o aquecimento global, seja suficiente para assegurar um processo de decisão racional.

Giddens analisa com argúcia a história e os desafios colocados hoje para o “movimento verde”, o papel do Estado, do planejamento e dos incentivos econômicos na “descarbonização” da economia global, as políticas de adaptação, as negociações internacionais, os mercados de carbono e a decisiva questão da energia.

A conclusão é uma análise essencial sobre a geopolítica da mudança climática que não se detém na mecânica dos acordos internacionais ou nas implicações do clima para o quadro da política internacional. O futuro das ações globais no enfrentamento da mudança climática articula-se com o futuro da governança global. A crescente demanda por recursos naturais, suprimentos de energia cada vez mais escassos e, em especial, o petróleo e as lutas centradas nele são os principais pontos em disputa.

O leque de possibilidades da história está em aberto. Como diz Giddens, “talvez pareça que reagir à mudança climática trará uma contribuição intrínseca à colaboração internacional. No entanto, os processos e interesses que promovem a divisão são de grande peso. ... [Poderia haver] uma deterioração progressiva da cooperação internacional, na qual a segurança é mais e mais vista como divisiva. O que deveria ser a meta prioritária de reduzir as emissões de poluentes pode tornar-se vítima de uma luta competitiva pelos recursos naturais, exacerbando tensões e divisões já existentes.”

As relações entre Estados Unidos e China são decisivas não apenas do ponto de vista dos fundamentos da macroeconomia global, da obtenção de um novo padrão de equilíbrio entre países deficitários e superavitários em conta corrente, mas também em função das questões energética e climática. Todas compõem um único quadro.

Os Estados Unidos, para Giddens, “já estão começando a ver o mundo pelo prisma de uma luta pelos recursos energéticos, tendo como pano de

fundo os danos infligidos pelas mudanças climáticas”. A China terá que escolher entre, de um lado, maior segurança energética associada ao uso na forma atual do carvão e às tecnologias do passado, e, de outro, manter competitividade na economia global, o que provavelmente dependerá da transição para uma economia de baixo teor de carbono.

A forma como irá se desenrolar a relação entre esse dois gigantes é muito importante, mas o quadro completo envolve uma questão ainda maior: a governança global, em que se destaca a experiência ambiciosa e ainda cheia de desafios da União Europeia.

Não por acaso, Giddens dedica-se a expor e discutir as ideias de Robert Kagan sobre o “retorno à normalidade” nas relações internacionais, ou seja, o fim do sonho de um novo tipo de ordem internacional depois do término da Guerra Fria e o avanço da globalização. “Foi tudo uma miragem”, diz Kagan em seu novo livro, *O retorno da história e o fim dos sonhos*. Para Giddens, o que Kagan diz é válido apenas em certa medida. É quando este faz uso de uma citação de Hans Morgenthau, concluindo que não devemos imaginar que em algum momento “descerá a cortina e o jogo da política de poder não mais será jogado”.

Por outro lado, ele é explícito ao afirmar que “a comunidade internacional não é ‘ilusória’. Isso foi um erro quando dito originalmente pela então secretária de Estado norte-americana, Condoleezza Rice, e é um erro ao ser repetido agora por Kagan. ... O mundo de hoje é mais interdependente do que nunca.” Também o futuro do Brasil no concerto das nações estará sendo decidido sobre os cenários e as possibilidades presentes no pano de fundo traçado por Giddens.

A mudança climática está no centro da geopolítica mundial. A capacidade de resposta da comunidade internacional a este desafio é o seu mais duro teste. Os gases de efeito estufa são, se podemos nos exprimir dessa forma, os mais *tradeable* entre os poluentes. Não importa a origem de suas moléculas; a partir do momento em que se acumulam na atmosfera, amplificam o aquecimento global.

O capitalismo é um sistema que tem a necessidade fundamental de renovar permanentemente a sua base técnica. Um novo padrão de efi-

ciência energética e a superação das energias sujas têm o potencial de consubstanciar o próximo grande *boom* de inovações, favorecendo um impulso para a saída da crise muito mais condizente com o ideal de um desenvolvimento sustentável.

O impacto de decisões ousadas a respeito das metas para a redução das emissões de gases poluentes e de sua implementação eficaz na estrutura de preços relativos da economia mundial pode gerar um enorme potencial para os investimentos. Isso porque, além de novos projetos, com outro padrão tecnológico e outros parâmetros de eficiência energética, haverá a oportunidade de renovação acelerada de todo o estoque de capital existente.

Uma das poucas certezas sobre as condições necessárias para caracterizar uma superação consistente da crise econômica é que ela só será definitiva quando forem recriadas as condições para a retomada do ímpeto dos investimentos privados, isto é, quando for restabelecido o “espírito animal” dos empresários. É extremamente provável que essa retomada dos investimentos seja dominada pelas transformações tecnológicas decorrentes da transição para uma economia de baixo teor de carbono.

Tratar da agenda e do posicionamento do Brasil frente a esta transição equivale a pensar sobre as condições da inserção competitiva do país nesta nova economia mundial. Abandonar o paradigma de desenvolvimento industrial dos séculos XIX e XX e adotar um paradigma novo, regional e específico de baixo teor de carbono pode representar um caminho eficiente em direção ao desenvolvimento e ao aumento da qualidade da democracia e do bem-estar na sociedade brasileira.

O Brasil tem vantagens competitivas para fazer mudanças relativamente rápidas na direção de uma economia de baixo teor de carbono. Além disso, as externalidades positivas são grandes. O maior investimento necessário para a transição é em educação, pesquisa científica e desenvolvimento e engajamento das empresas no processo de inovação tecnológica, criando a base para essa nova economia. Mudar para um padrão de baixo teor de carbono seria uma forma promissora de acelerar o desenvolvimento humano e aumentar a eficiência e a competitividade da economia brasileira.

No início desta apresentação, mencionamos que a análise de Giddens é “sempre integrada e multidisciplinar, em nenhum momento retira os pés do terreno firme da história”. No posfácio, contudo, e felizmente para nós leitores, o autor se permite uma defesa quase apaixonada de uma civilização global democrática e da política como meio para uma humanidade coletivamente capaz de controlar as grandes forças que ela desencadeou.

Apesar do engajamento, Giddens mantém-se apegado a um sóbrio realismo: “Não concordo inteiramente com aqueles a quem chamei de otimistas, pois eles dizem que todos os riscos que hoje enfrentamos foram exagerados, o que é falso. Ladeio com eles no sentido de que risco e oportunidade caminham de mãos dadas: dos maiores riscos também podem brotar as maiores oportunidades, quando sabemos nos mobilizar coletivamente para enfrentá-los.”

O desafio é imensamente complexo. A política da mudança climática envolve o que o autor, logo no início do livro, chamou de “paradoxo de Giddens”: “visto que os perigos representados pelo aquecimento global não são palpáveis, imediatos ou visíveis no decorrer da vida cotidiana, por mais assustadores que se afigurem, muita gente continua sentada, sem fazer nada de concreto a seu respeito. No entanto, esperar que eles se tornem visíveis e agudos para só então tomarmos medidas sérias será, por definição, tarde demais.”

O paradoxo de Giddens nos remete à própria consciência humana. Antônio Damásio, o neurologista que é um dos principais cientistas das recentes investigações sobre o fenômeno da consciência, fez em seu livro *O mistério da consciência* uma distinção entre a consciência simples, que fornece a diversos organismos um sentido de self, e a consciência complexa, exclusiva dos humanos, utilizando exatamente o horizonte de tempo:

O tipo mais simples, que denomino consciência central, fornece ao organismo um sentido de self concernente a um momento – agora – e a um lugar – aqui; e o tipo de consciência complexa, que denomino consciência ampliada e que possui muitos níveis e graus, fornece ao organismo um complexo sentido de self – uma identidade e uma pessoa, você ou eu – e situa

essa pessoa em um ponto do tempo histórico individual, ricamente ciente do passado vivido e do futuro antevisto, e profundamente conhecedora do mundo além deste ponto.

Da consciência individual podemos extrapolar para a consciência da espécie, a consciência histórica. Chegou o momento de a humanidade deixar a infância, abandonar a onipotência, reconhecer seus limites e sua mortalidade e ampliar as fronteiras de sua relação com o tempo, isto é, assumir de forma um pouco mais consciente a sua história em um tempo mais longo.

Seremos capazes? No último parágrafo do livro, Giddens se permite expressar a dúvida e o desejo: “Uma nova Idade das Trevas, uma nova era do Iluminismo, ou, quem sabe, uma confusa mistura das duas – o que estará por vir? Há grandes chances de que a terceira possibilidade seja a mais provável. Nesse caso, todos teremos de torcer para que a balança se incline para o lado iluminista da equação.”

SÉRGIO BESSERMAN VIANNA